



## ANEXO I DO REGULAMENTO DA MEDIAÇÃO

### TABELA DE CUSTAS

#### CUSTAS DA MEDIAÇÃO

I. Conforme disposto no Regulamento da Mediação da CMARP, as custas referentes à mediação serão fixadas através do presente anexo, e são elas: a) taxa de registro; b) taxa de administração; c) e os honorários do mediador, além de eventuais despesas extras.

#### DA TAXA DE REGISTRO

II. A taxa de registro é de **R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)**, e deve ser recolhida quando do requerimento de solicitação da mediação, sendo uma das condições para seu aceite.

- a) Em nenhuma hipótese a taxa de registro será reembolsada;
- b) A taxa de registro corresponde às despesas iniciais com as notificações, que serão realizadas na forma estabelecida no Regulamento de Mediação;
- c) Notificações físicas e/ou personalizadas não integram a taxa de registro, sendo consideradas despesas extras e o valor será cobrado em apartado, a depender da forma de notificação escolhida;

III. Se o procedimento perdurar por mais de 6 (seis) meses, incidirá custo extra da plataforma digital no valor de **R\$180,00 (cento e oitenta reais)** mensais, a ser compartilhado em igual proporção entre requerente(s) e requerido(s).

IV. Parágrafo único. Se o mediador for profissional externo aos que integram os quadros de especialistas da CMARP será devida a taxa extra mensal de **R\$90,00 (noventa reais)**, desde o primeiro mês de acesso, a ser compartilhado em igual proporção entre



requerente(s) e requerido(s).

#### **DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**

V. A taxa de administração deverá ser recolhida, **de acordo com a tabela prevista neste anexo**, no ato da assinatura do termo de mediação ou em prazo nele registrado expressamente, e é requisito para o prosseguimento do procedimento e consequente designação das sessões de mediação.

- a) A taxa de administração será recolhida por ambas as partes em igual proporção, se não houverem ajustado de maneira diversa, o que deverá estar registrado no termo de mediação de forma expressa.
- b) Para cada grupo de 4 (quatro) sessões de mediação, uma nova taxa de administração deverá ser recolhida.
- c) Se, a qualquer momento, o valor da causa ou do proveito econômico da mediação for majorado, ficam as partes obrigadas a recolher o valor complementar, como requisito de prosseguimento da mediação.
- d) Se inicialmente o valor da controvérsia for desconhecido ou a mediação não envolver valor econômico apurável, as custas incidirão pelo valor mínimo da tabela, sendo apuradas ao final eventuais custas remanescentes na forma do item anterior.

#### **DOS HONORÁRIOS DO MEDIADOR**

VI. Os honorários do mediador são os valores devidos pelas partes ao mediador(s) nomeado(s) para o respectivo procedimento de mediação, por hora de trabalho, de acordo com a tabela prevista no presente anexo, e devem ser recolhidos de forma antecipada à



realização de cada sessão ou em prazo estabelecido por escrito em termo assinado por todos, sendo condição para a realização e o prosseguimento da Mediação.

- a) Os honorários serão recolhidos por ambas as partes em igual proporção, se não houverem ajustado de maneira diversa, o que deverá estar registrado no termo de mediação de forma expressa.
- b) Os valores constantes na tabela prevista no presente anexo correspondem a 1 (hora) hora de trabalho para cada mediador nomeado.
- c) Uma sessão poderá exceder a 1 (uma) hora, sendo o tempo excedente apurado pelo Mediador e lançado como custas complementares a serem recolhidas no prazo assinalado pelo Mediador e/ou secretaria da instituição.
- d) Se as partes optarem pela co-mediação, em regra, cada mediador receberá o valor constante na tabela prevista no presente anexo.
- e) Poderá o mediador(es) indicar o número total de sessões que a princípio entenda ser necessário para o bom resultado do procedimento, cujo prazo para recolhimento será lançado no ato do agendamento das sessões, como requisito para sua realização.
- f) Se, a qualquer tempo, o valor da mediação ou do proveito econômico que ela envolver for majorado, ficam as partes obrigadas a efetuar o pagamento do complemento correspondente aos honorários do mediador.

#### **DA MEDIAÇÃO ANTECEDENTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

VII. Nas hipóteses de mediação antecedente prevista na Lei 14.112/20, que alterou a Lei de Recuperação Judicial (Lei 11.101/05), os honorários dos mediadores serão arbitrados segundo o disposto na tabela de remuneração do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vigente à época da assinatura do termo de mediação.



**Parágrafo único.** As taxas administrativas seguem como na mediação regular, que obedecerá ao disposto na tabela constante no presente regulamento, respeitando-se o mínimo de horas da tabela do Tribunal de Justiça, de acordo com o valor submetido à mediação. Assim, entende-se **ciclo de 4 sessões, o referente a 4 horas de trabalho dos mediadores.**

#### **DAS DESPESAS EXTRAS**

VIII. Sendo necessárias diligências, atos ou contratação de outros profissionais que não o mediador, o valor correspondente a tais serviços será considerado despesa extra.

- a) O valor correspondente às despesas extras será informado pela Câmara, e deverá ser recolhido previamente, independente das demais despesas aqui previstas, como requisito para a execução do ato.
- b) A seu critério, a Câmara poderá indicar a forma e dados de pagamento da despesa extra para que a parte recolha de forma direta, devendo encaminhar o comprovante tão logo faça o pagamento.

IX. As partes que optarem pela homologação judicial do acordo deverão recolher a quantia de **R\$450,00** (quatrocentos e cinquenta reais) para encaminhamento pela CMARP à homologação que ocorrerá após a comprovação do recolhimento desta taxa. As partes também deverão disponibilizar à Câmara o valor correspondente às custas e despesas judiciais necessárias à homologação judicial, incluindo taxa judiciária na forma da Lei, despesas postais, dentre outras.

X. Também integra as despesas extras a taxa de **R\$90,00** (noventa reais) por mês referente ao acesso do especialista ao sistema operacional, que é de responsabilidade de ambas as partes em igual proporção.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



XI. Quando o procedimento for oriundo de convênio com instituições públicas ou privadas, que vinculem ou delimitem previamente as despesas com a mediação e os honorários dos mediadores, o disposto no respectivo convênio prevalecerá sobre a tabela constante no presente Anexo.

XII. O valor referente a Secretário exclusivo, quando esta for a opção das partes, serão tratados e ajustados pontualmente.

XIII. No caso de não pagamento de qualquer das despesas por uma das partes, no prazo fixado, poderá a outra parte adiantar o respectivo valor, de modo a permitir o prosseguimento do procedimento.

XIV. No caso de não pagamento de qualquer das despesas por uma das partes, no prazo fixado, poderá a outra parte adiantar o respectivo valor, de modo a permitir o prosseguimento do procedimento.

XV. Poderão ser ajustados prazos de recolhimento de despesas diferentes das aqui contempladas, desde que de comum acordo por todos os profissionais e partes envolvidas no procedimento, devendo estar registrado por escrito e assinado por todos.

XVI. Na hipótese de mora ou inadimplemento, o procedimento será extinto pela Câmara.

XVII. Encerrado o procedimento de Mediação, a Câmara fará apuração de eventuais custas finais que deverão ser recolhidas como requisito para a liberação do termo de mediação.

#### **XVIII. TABELA DE CUSTAS (EM REAIS)**

**OBS: MEDIAÇÃO ANTECEDENTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL seguem os critérios estabelecidos na cláusula VII, parágrafo único do presente regulamento.**



# CMARP

## Solução em Conflitos

VALOR DA CAUSA	TAXA ADMINISTRAÇÃO (recolhida a cada ciclo de 4 sessões)	HONORÁRIOS MEDIADOR/HORA
Mínimo (até R\$50.000,00)	450,00	270,00
50.000,01 a 100.000,00	490,00	300,00
100.000,01 a 300.000,00	530,00	350,00
300.000,01 a 500.000,00	550,00	390,00
500.001,01 a .700.000,00	600,00	430,00
700.001,01 a 1.000.000,00	700,00	480,00
1.000.000,01 a 1.500.000,00	900,00	530,00
1.500.000,01 a 2.000.000,00	1.100,00	580,00
2.000.000,01 a 2.500.000,00	1.300,00	680,00
2.500.000,01 a 3.000.000,00	1.500,00	780,00
3.000.000,01 a 3.500.000,00	1.700,00	880,00
3.500.000,01 a 4.000.000,00	1.900,00	980,00
4.000.000,01 a 4.500.000,00	2.100,00	1.080,00
4.500.000,01 a 5.000.000,00	2.300,00	1.180,00
5.000.000,01 a 6.000.000,00	2.500,00	1.300,00
6.000.000,01 a 7.000.000,00	2.700,00	1.450,00
7.000.000,01 a 8.000.000,00	2.900,00	1.600,00
8.000.000,01 a 9.000.000,00	3.100,00	1.750,00
9.000.000,01 a 10.000.000,00	3.300,00	1.900,00
10.000.000,01 a 20.000.000,00	3.800,00	2.400,00
20.000.000,01 a 30.000.000,00	4.300,00	2.900,00
30.000.000,01 a 40.000.000,00	4.800,00	3.400,00
40.000.000,01 a 50.000.000,00	5.300,00	3.900,00
Acima de 50.000.000,00	A apurar	A apurar

XIX. A presente tabela de despesas de Mediação poderá ser periodicamente revista e alterada pela Câmara, e a presente versão passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2025.